CONTRATO DE EMPREITADA NÚMERO 6/2024

----- Contrato de “PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO”. -----

----- Como **Primeiro Outorgante** o **MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**, pessoa coletiva de direito público número 506833224, representada pelo Senhor **Álvaro Palma de Araújo**, [REDACTED], natural da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], residente na freguesia e concelho de [REDACTED], residente na freguesia e concelho de [REDACTED], na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, conforme poderes que lhe são conferidos por deliberação de Câmara de vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, e em conformidade com a alínea a) do n.º 1 e alínea f) do n.º 2, ambas do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ora avante designado por **Município**; -----

----- Como **Segundo Outorgante** a entidade com a denominação **JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA**, com o número de pessoa coletiva 500 649 340, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Faro, com sede na Rua da Alameda, n.º 11, freguesia de Faro (Sé), concelho de Faro, com o capital social de quinhentos mil euros, titular de Alvará de empreiteiro de obras públicas n.º 1133 de 12 de abril de 1989, representada pelo Senhor João Carlos Barra Palmeiro Feijão, natural da freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], residente na [REDACTED] freguesia de [REDACTED], concelho de [REDACTED], titular do Cartão de Cidadão número [REDACTED], na qualidade de representante legal, com poderes bastantes para outorgar em nome da mesma, conforme Procuração datada de 3 de outubro de 2022, arquivada no maço de documentos do presente contrato e por consulta da Certidão Permanente com código 3272-0185-8633, para os efeitos legais, ora avante designada por **Empreiteiro**; -----

CLÁUSULA 1.ª - OBJETO: -----

----- O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada para pavimentar vias e requalificar espaços exteriores do concelho de Vila Real de Santo António, conforme as especificações técnicas que fazem parte das peças procedimentais, bem como da proposta adjudicada. -----

CLÁUSULA 2.ª - PREVALÊNCIA: -----

----- 1 – Fazem parte integrante do presente contrato o Caderno de Encargos, os suprimentos de erros e omissões

do Caderno de Encargos em fase de concurso, os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos, a Proposta Adjudicada. -----

----- 2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar os documentos identificados no ponto 1 e pela ordem nele indicados nos termos do n.º 2 do artigo 96º do CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, seguidamente o texto do clausulado do presente contrato, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º e 101º do CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. -----

----- 3 – Em caso de dúvidas sobre o Projeto e existirem divergências entre as peças, prevalecerão as peças desenhadas sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes, o Mapa de Quantidades e respetivos critérios de medição no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, e em tudo o mais o que constar na Memória Descritiva e restantes Peças do Projeto. -----

----- 4 – Deverá ter-se em conta o disposto no CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e a restante legislação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. -----

CLÁUSULA 3.ª - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: -----

----- 1 – O valor do presente contrato é de **721.630,76€ (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- 2 – O pagamento ao EMPREITEIRO dos trabalhos incluídos no contrato será realizado com base em autos de medição a elaborar para o efeito respeitante aos trabalhos realmente executados, sendo que as faturas serão pagas até trinta dias após a sua data de emissão. -----

CLÁUSULA 4.ª - REVISÃO DE PREÇOS: -----

----- 1 – A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada obedecendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade de fórmula polinomial anexa ao despacho n.º 1592/2004, de 8 de janeiro, do

Secretário do Estado das Obras Públicas, publicado no Diário da República, II Série, n.º 19, de 23 de janeiro de 2004. -----

----- 2 – A revisão de preços para os artigos referentes às zonas 1-13, 17 e 20 do Mapa de Trabalhos, obedece à seguinte fórmula - F (10) → $Ct = 0,17 \times St/So + 0,14 \times M03t/M03o + 0,02 \times M015t/M015o + 0,12 \times M18t/M18o + 0,02 \times M20t/M20o + 0,01 \times M21t/M21o + 0,09 \times M22t/M22o + 0,01 \times M24t/M24o + 0,02 \times M30t/M30o + 0,02 \times M35t/M35o + 0,01 \times M45t/M45o + 0,01 \times M48t/M48o + 0,01 \times M49t/M49o + 0,2 \times Eat/Eao + 0,10$.-----

Sendo:-----

Ct – o coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido a partir do somatório de parcelas com a aproximação de seis casas decimais e arredondado para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a cinco, mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário; -----

St – é o índice dos custos de mão de obra relativo ao mês a que respeita a revisão; -----

So – é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas; -----

Mt – é o índice de custo dos materiais conforme portaria;-----

Mo – é o mesmo índice, mas relativos ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas; -----

0,10 – é o coeficiente que representa, na estrutura de custos, a parte não revisível da adjudicação;-----

3 - A revisão de preços para os artigos referentes às zonas 14-16, 18 e 19 do Mapa de Trabalhos, obedece à seguinte fórmula - F (09) → $Ct = 0,31 \times St/So + 0,04 \times M03t/M03o + 0,04 \times M06t/M06o + 0,02 \times M18t/M18o + 0,05 \times M20t/M20o + 0,02 \times M22t/M22o + 0,01 \times M24t/M24o + 0,02 \times M32t/M32o + 0,02 \times M42t/M42o + 0,06 \times M43t/M43o + 0,02 \times M45t/M45o + 0,04 \times M47t/M47o + 0,04 \times M48t/M48o + 0,21 \times Eat/Eao + 0,10$.-----

Sendo:-----

Ct – o coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido a partir do somatório de parcelas com a aproximação de seis casas decimais e arredondado para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a cinco, mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário; -----

St – é o índice dos custos de mão de obra relativo ao mês a que respeita a revisão; -----

So – é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas; -----

Mt – é o índice de custo dos materiais conforme portaria.-----

Mo – é o mesmo índice, mas relativos ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;-----

0,10 – é o coeficiente que representa, na estrutura de custos, a parte não revisível da adjudicação.-----

CLÁUSULA 5.ª - CONSIGNAÇÃO:-----

----- No prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura do contrato, far-se-á a consignação total da obra, comunicando-se ao Empreiteiro, o dia, hora e lugar em que se deve apresentar.-----

CLÁUSULA 6.ª - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS:-----

----- 1 – Após a consignação o Empreiteiro dará de imediato início à preparação dos trabalhos, nos termos do artigo 361º do CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. ---

----- 2 – O procedimento de ajustamento do plano de trabalhos deve ser concluído antes da data da conclusão da consignação total.-----

CLÁUSULA 7.ª - DATA DO INÍCIO DOS TRABALHOS:-----

----- A execução dos trabalhos inicia-se na data em que começa a correr o prazo de execução da obra.-----

CLÁUSULA 8.ª - PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:-----

----- O prazo de execução da obra inicia-se na data da consignação total ou na data da aprovação do Plano de Segurança e Saúde. -

----- O prazo para a execução da obra é de 150 (cento e cinquenta) dias.-----

CLÁUSULA 9.ª - DIRECÇÃO TÉCNICA DA OBRA:-----

----- O segundo outorgante obriga-se, sob reserva de aceitação do primeiro outorgante, a confiar a direcção técnica da empreitada a um técnico com a qualificação mínima de Engenheiro Técnico Civil.-----

CLÁUSULA 10.ª - LIVRO DE REGISTO DA OBRA:-----

----- 1 – Serão obrigatoriamente consignados no livro de registo da obra, informações relativas ao desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente ritmos de execução, autos de medição e ensaios, assim como a necessidade de execução de trabalhos imprevistos.-----

----- 2 – Poderão igualmente, ser consignados no livro de registo da obra os acidentes ou danos nos trabalhos, as suspensões ou paralizações de trabalho e respetivas causas ou motivos bem como outros acontecimentos importantes relacionados com a execução dos trabalhos.-----

CLÁUSULA 11.ª - MULTA POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS: -----

----- 1 – Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por fato imputável ao Empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual. -----

----- 2 – No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por fato imputável ao Empreiteiro, é aplicado o disposto no número um, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzida a metade.-----

----- 3 – O Empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimentos dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato. -----

CLÁUSULA 12.ª - PRAZO DE GARANTIA: -----

----- O prazo de garantia varia consoante os tipos de defeitos: 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais, 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas e 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela. -----

CLÁUSULA 13.ª - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES: -----

----- Tratando-se de um procedimento em que o valor base é superior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), deverá ser apresentada uma caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais. O valor da caução a prestar é de 5% do valor contratual. -----

CLÁUSULA 14.ª - FORO COMPETENTE: -----

----- Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. ----

CLÁUSULA 15.ª - DISPOSIÇÕES FINAIS: -----

----- 1 – O procedimento de concurso público, relativo ao presente contrato, foi aprovado por deliberação de Câmara, de trinta e novembro de dois mil e vinte e três. -----

----- 2 – A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação de Câmara, datada de vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

----- 3 – O encargo total estimado, com exclusão da taxa de IVA, resultante do presente contrato é de **721.630,76€ (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta euros e setenta e seis cêntimos)**, com o número sequencial de

compromisso 49513.-----

----- 4 – O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas sob a seguinte rubrica orçamental: classificação orçamental 0102 07010401 3 331 2023/22 - Manutenção de arruamentos, vias municipais, zonas pedonais. ---

----- 5 – Fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos que se anexam: Despachos atrás citados; Alvará de Construção; Certidão da Segurança Social; Certidão da Repartição de Finanças; Procuração; Caderno de Encargos; Projeto; Convite; Caderno de Encargos; Proposta; todos estes documentos através da sua fotocópia. -----

----- 6 – Este contrato está conforme a minuta, a qual foi aprovada por deliberação de Câmara, datada de trinta de novembro do ano de dois mil e vinte e três. -----

----- 7 – Depois do Adjudicatário ter feito prova, mediante a respetiva reprodução dos documentos de habilitação através de correio eletrónico, nos termos do preceituado no Artigo 83º, de que não se encontra na situação prevista nas alíneas *b),d) e) e i)* do Artigo 55º, conforme determinado no nº 1 do Artigo 81º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), ter junto a Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXOII ao Código dos Contratos Públicos e do qual faz parte integrante, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as Partes. -----

----- O presente contrato vai ser assinado eletronicamente, considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura.-----

O Município,

Assinado por: **ÁLVARO PALMA DE ARAÚJO**
Num. de Identificação: (██████████)
Data: 2024.05.02 10:43:30+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António**

O Empreiteiro,

digital sign
Assinado por: Joao Carlos Barra Palmeiro Feijao
Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative
Certificado Digital Qualificado - Representação
Documento Assinado Eletronicamente
Esta assinatura eletrónica substitui a assinatura manuscrita na UE

Isento do Imposto do Selo, nos termos do ponto 2, artigo 1.º, Capítulo I, do Código do Imposto do Selo.-----

Serviu de Oficial,

Assinado por: **Ernesto Nobre Ramos**
Num. de Identificação: (██████████)
Data: 2024.05.02 10:51:19+01'00'

Chefe de Divisão da Divisão de Assuntos Jurídicos, Fiscalização e Execuções Fiscais, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.